

# Spread em negociação

Ribamar Oliveira —  
Enviado Ag. Globo

**Washington** — O "spread" (taxa de risco) de 0,81 por cento conseguido pelo México no acordo de reescalonamento de 52,8 bilhões de dólares de sua dívida externa, firmado ontem com os bancos "não é razoável" para a renegociação da dívida brasileira, segundo afirmou o ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Para ele, o Brasil tem condições de conseguir um acordo mais favorável com os bancos.

Funaro apontou duas razões principais que dão ao Brasil condições de obter um melhor acordo. A primeira é que a situação da economia brasileira é bem mais favorável no momento que a mexicana, que está às voltas com sérias dificuldades de balanço de pagamento, motivadas pela forte queda dos preços do petróleo. A outra razão apontada pelo ministro da Fazenda é que o Brasil não pedirá dinheiro novo no esquema de reescalonamento. O acordo do México prevê a obtenção de 6 bilhões de dólares de dinheiro novo.

A questão do "spread" é um dos pontos centrais da proposta brasileira de renegociação da dívida. Embora o Governo já admita que não existe clima para a eliminação dessa taxa (spread zero), considera indispensável reduzi-la substancialmente. No acordo assinado com os bancos no inicio de setembro sobre o reescalonamento dos créditos vencidos em 1985 e a vencer em 1986, o Brasil conseguiu um "spread" de 1,25 por cento. A redução de 1,25 para 0,81 por cento é considerada pela delegação brasileira como irriária.

Membros da delegação brasileira informaram que o ministro Funaro ficou decepcionado com o "spread" obtido pelo México. Inicialmente, ele imaginava que seria possível conseguir uma taxa inferior a 0,5 por cento. Funaro foi inclusive uma peça importante nos bastidores da negociação mexicana, tendo falado sobre o assunto com numerosos banqueiros, com diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (F.M.I.), Jacques de Larosiere, e com o próprio secretário do Tesouro, James Baker.

Os esforços empreendidos pelo ministro da Fazenda mostram claramente a importância que o acordo mexicano tem como parâmetro para as outras negociações que virão a seguir, entre elas, a brasileira. Há no entanto, pontos favoráveis no acordo mexicano, como por exemplo o prazo de vinte anos para pagamento da dívida com 12 anos de carência.

Funaro deixou claro que a proposta brasileira de renegociação da dívida prevê uma redução de algo em torno de 2,5 bilhões de dólares nas transferências líquidas de recursos para o exterior no ano que vem. Este ano, o Brasil deverá transferir cerca de 11 bilhões de dólares, em termos líquido; e no ano que vem, se essa redução for conseguida, algo em torno de 7,5 bilhões de dólares, o que ficaria muito próximo da meta de só transferir 2,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) fixada pelo presidente Sarney.